

CONSELHO FISCAL

ATA Nº 04/2022	Data: 13/04/2022
Local: Virtual, realizada por meio do aplicativo Google Meet.	
Conselheiros Presentes: <ul style="list-style-type: none">• Petrônio Lira Magalhães – AFREM SINDICAL• Clínio Francisco de Oliveira – SINDSEPRE• Andrea Batista de Oliveira Medeiros – SIMPERE• Rafael Salviano Marques Marroquim – Poder Executivo (Gabinete de Comunicação)• Diego Targino de Moraes Rocha – Poder Executivo (SEPLAGTD)	
Conselheiros Ausentes: <ul style="list-style-type: none">• Tarcísio do Amaral Montenegro Ribeiro – Poder Executivo (SEGOV) (ausência posteriormente justificada através do Ofício nº 048/2022-GAB/SEGOV, de 18/04/2022)	
Convidados Presentes: <ul style="list-style-type: none">• Rebeca de Souza – Gestora da Unidade de Controle Interno• Anna Paula – Gerente de Previdência• Marco Aurélio – Chefe da Divisão de Investimentos• Luiz Claudio Kogut – atuário responsável pela ACTUARIAL	
Presidente do Conselho: Petrônio Lira Magalhães	
Designação dos Membros: <ul style="list-style-type: none">• Portaria n.º 0560 de 18 de março de 2021 (publicada no DOM de 26/03/2021)• Portaria n.º 1225 de 03 de setembro de 2021 (publicada no DOM de 04/09/2021)• Portaria nº 0159 de 23 de fevereiro de 2022 (publicada no DOM de 24/02/2022)	
<p>O presidente do Conselho Fiscal abriu a reunião, agradeceu as presenças e leu a pauta da reunião: 1 – apresentação da avaliação atuarial 2022, base 31.12.2021, pelo atuário Luiz Claudio Kogut; 2 – apresentação dos resultados da compensação previdenciária pela gerente de previdência, Anna Paula; 3 – apresentação da carteira de investimentos do fundo Reciprev pelo chefe da divisão de investimentos, Marco Aurélio. Em seguida, passou a palavra ao atuário, sr. Luiz Cláudio Kogut, que iniciou a apresentação da avaliação atuarial 2022, informando as hipóteses utilizadas, a legislação associada, os quantitativos de beneficiários ativos e inativos dos fundos Recifin (3.358 e 6.329) e Reciprev (15.668 e 3.210) e os resultados, sendo R\$ 104 milhões de superavit do Reciprev e R\$ 4,512 bilhões de déficit do Recifin. O conselheiro Petrônio Magalhães pediu a palavra e questionou o porquê de o superavit ter sido de apenas R\$ 104 milhões; lembrou que em 2021, na época da migração de 729 associados do fundo Recifin para o Reciprev, a avaliação atuarial apresentava R\$ 500 milhões de superavit e os gestores informaram que a migração consumiria R\$ 250 milhões desse superavit, porém, o resultado ora representado ficou R\$ 150 milhões abaixo do previsto. O sr. Cláudio Kogut informou que a diferença se deveu ao fato de a rentabilidade dos investimentos terem ficado abaixo do esperado em 2021. O conselheiro Petrônio Magalhães questionou também o valor estimado da compensação previdenciária, em torno de R\$ 500 milhões, quando em 2018 essa estimativa era 50% desse valor, e que esses R\$ 500 milhões representavam 5 vezes o valor do superavit, tornando frágil essa “superação”. O sr. Cláudio Kogut respondeu que a estimativa está dentro do limite permitido, que atualmente é de 8% do custo total do e que o aumento da estimativa se deveu à adoção da hipótese atuarial prevista para o tempo de serviço antes do ingresso na</p>	

prefeitura. O conselheiro Clínio Oliveira pediu a palavra e informou que em várias ocasiões cobrou da autarquia a realização do censo previdenciário, o que permitiria a utilização correta desse fator (tempo de serviço prévio ao ingresso na prefeitura). A gerente de previdência, sra. Anna Paula, disse que a autarquia já está discutindo e planejando o censo para contratação de empresa e que até 2023 o censo deverá estar concluído. O conselheiro Clínio Oliveira solicitou que a autarquia mantivesse o Conselho Fiscal informado sobre as tratativas relativas ao censo previdenciário. Voltando a palavra ao sr. Kogut, este informou que a redução do déficit atuarial do fundo Recifin, de R\$ 10 bi para R\$ 4,5 bi ocorreu devido à saída de parte dos inativos (migração para o fundo Reciprev) e à aplicação da taxa de desconto (meta atuarial) ao custo total do fundo, que passou a ser permitida a partir deste exercício. O conselheiro Diego Targino questionou o atuário quando este informou que o valor médio das contribuições havia caído. A sra. Anna Paula pediu a palavra e justificou que a queda das contribuições ocorreu em decorrência de algumas gratificações terem sido retiradas da base previdenciária na reforma de 2021. O conselheiro Petrônio Magalhães perguntou à sra. Anna Paula se os servidores estavam solicitando a restituição das contribuições relativas a essas gratificações e, em caso afirmativo, se havia cálculos a respeito do montante a ser restituído, uma vez que tal valor será sacado dos fundos. A sra. Anna Paula informou que sim, que há demandas de restituições, e que várias delas já foram efetuadas, mas que ainda não há um cálculo do montante. Informou, ainda, que aqueles que não solicitarem a restituição terão os valores considerados no cálculo do valor de suas aposentadorias. O conselheiro Clínio Oliveira confirmou que vários servidores já receberam a restituição de tais contribuições. Concluída a apresentação da avaliação atuarial, a gestora da Unidade de Controle Interno, sra. Rebeca de Souza, informou que o Pró-Gestão solicita que os conselheiros fiscais opinem sobre a coerência das premissas atuariais aplicadas e sobre o resultado da avaliação. O presidente do conselho, Sr. Petrônio Magalhães, colocou em votação tais itens, votando favoravelmente às premissas utilizadas na avaliação atuarial bem como os resultados apresentados. Os conselheiros Clínio de Oliveira, Rafael Marroquim e Diego Targino também votaram favoravelmente às premissas e resultados da avaliação atuarial. A conselheira Andrea Batista absteve-se de votar alegando que ainda necessita de algum tempo para apropriar-se das informações utilizadas na avaliação. Portanto, foi considerada aprovada pelo Conselho Fiscal a avaliação atuarial 2022. O conselheiro Petrônio Magalhães informou que, apesar da aprovação, a autarquia deverá esclarecer ao Conselho Fiscal o cálculo da previsão da Compensação Previdenciária, estimada em R\$ 500 milhões. Os conselheiros agradeceram o atuário, e o presidente do Conselho passou a palavra à sra. Anna Paula, que passou a mostrar os resultados da compensação previdenciária. Informou que antes desse Comprev, a compensação era muito difícil de ser executada, sendo muitos dos processos indeferidos. Considerou a mudança uma vitória, pois o RPPS tem muito mais a receber do RGPS do que a pagar; que os processos indeferidos anteriormente, voltaram a ser analisados e, a partir de janeiro deste ano, a consultoria contratada pela autarquia passou também a analisar tais processos; que os reflexos financeiros das mudanças começaram a aparecer em março. A sra. Anna Paula informou que a autarquia tem completo controle sobre os processos e identifica quais deles foram analisados pela consultoria para efeito remuneratório. Informou, ainda, que os valores recebidos de compensação previdenciária foram, de janeiro a abril/2022, respectivamente: R\$ 1,015 mi, R\$ 3,163 mi, R\$ 4,178 mil e R\$ 5,364 mi, e que, tendo em vista que o recebimento mensal se refere a dois meses anteriores, os valores até fevereiro foram decorrentes exclusivamente de trabalhos feitos pela autarquia, e que, a partir de março, os valores já refletiram influência da consultoria. Por fim, informou estar bastante satisfeita com o sistema disponibilizado pela Secretaria de Previdência para acompanhamento dos processos e acha que o fluxo financeiro continuará crescendo em favor da autarquia neste ano. O Conselheiro Diego Targino questionou se o valor de R\$ 5,364 mi se referem a algum aporte do governo federal. A sra. Anna Paula informou que parte do valor se refere a estoque, resultante do tempo decorrido entre o início do direito à

compensação de cada processo e o efetivo repasse pelo governo federal e que parte da compensação é paga parceladamente enquanto durar o benefício. A sra. Rebeca de Souza confirmou que o governo federal repassa a compensação mensalmente até o falecimento do beneficiário e que, inicialmente, repassa parcelas atrasadas. Finalizada a apresentação da compensação previdenciária, o conselheiro Petrônio Magalhães, em nome dos conselheiros presentes, agradeceu à sra. Anna Paula e passou a palavra ao Sr. Marco Aurélio, que iniciou a apresentação da carteira de investimentos do fundo Reciprev. O sr. Marco Aurélio informou que os números se referiam ao fechamento de 31/03/2022; que o montante de investimentos era de R\$ 2,718 bilhões, sendo R\$ 1,887 bi aplicados em renda fixa; R\$ 722 mi, em renda variável; R\$ 96 mi, em fundos cambiais (exterior); R\$ 7,7 mi, em fundos estruturados e R\$ 5,2 mi, em fundos imobiliários; que 30% da carteira estavam em investimentos de curto prazo (vencimentos em menos de 60 dias), e 56% aplicados no longo prazo (acima de 5 anos); que os investimentos renderam 3,34% de janeiro a março de 2022, enquanto a meta estabelecida para o período era de 4,43%, ficando o rendimento 1,1 ponto percentual abaixo da meta, mas que a expectativa dos gestores é de atingimento da meta até o final de 2022 devido aos títulos públicos indexados ao IPCA + 4,87% a.a. Finalizada a apresentação, o conselheiro Petrônio Magalhães, em nome dos presentes, agradeceu ao Sr. Marco Aurélio. A sra. Rebeca de Souza pediu a palavra para sugerir que constassem na pauta da próxima reunião do Conselho Fiscal os seguintes assuntos: a) parecer do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas de 2021 da autarquia; b) parecer sobre os balancetes mensais de 2021. Acatadas por todos os conselheiros as sugestões, o conselheiro Diego Targino solicitou que o contador da autarquia fizesse uma apresentação resumida da prestação de contas de 2021, durante a reunião de maio/2022, para que fosse possível esclarecer quaisquer dúvidas encontradas pelos conselheiros durante a análise da prestação de contas e dos balancetes mensais. A sra. Rebeca de Souza comprometeu-se a repassar a solicitação aos gestores da autarquia. Nada mais havendo a tratar, o presidente, sr. Petrônio Magalhães deu por encerrada a reunião, e eu, Petrônio Magalhães lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes

Deliberações	Aprovadas as premissas e o resultado da avaliação atuarial 2022 por 4 votos favoráveis e uma abstenção.
---------------------	--

Responsável pela elaboração da ata: Petrônio Lira Magalhães

CONSELHEIROS

Petrônio Lira Magalhães	
Clínio Francisco de Oliveira	
Andrea Batista de Oliveira Medeiros	
Rafael Salviano Marques Marroquim	
Diego Targino de Moraes Rocha	